

Vivemos, sem dúvida, em uma sociedade multicultural. Assim tem sido durante longos séculos, mas é agora, nas últimas décadas, que se tem tomado consciência desta realidade histórica, talvez pelas crescentes migrações, ou pela presença ativa das minorias culturais habitualmente esquecidas em seus países, ou talvez, tomara que seja assim, porque um maior sentido da justiça se estende entre os povos.

O que fazer ante as exigências de igualdade e de integração educacional e social que demandam as minorias culturais de cada país e os grupos imigrantes? Há dois objetivos que deveriam orientar a ação de educação em todos os casos: proporcionar as mesmas oportunidades de aprendizagem a todos os alunos e valorizar sua cultura e sua língua originária.

Não é simples garantir ambos objetivos dado o tradicional abandono das minorias culturais e a insuficiente consideração aos alunos imigrantes e suas famílias nos países receptores. Garantir uma educação de qualidade a todos os alunos de um país, independente de sua origem cultural ou sua língua, exige que todos eles disponham de condições similares em relação as suas escolas, à capacitação de seus professores, aos programas de estudo oferecidos, ao período de permanência na escola, aos materiais curriculares, ao apoio às famílias, a sua saúde e a sua alimentação. Mas, ao mesmo tempo, é preciso reconhecer e valorizar o papel de sua cultura e de sua língua materna, o que se deve traduzir em uma sensibilidade especial para que os alunos não percam sua língua nem se desvinculem de suas raízes. Neste âmbito da atenção educacional aos alunos imigrantes, é preciso combinar uma escolarização integradora e de qualidade com a atenção diferencial a suas características pessoais, culturais e comunicativas. Este é o grande desafio que a educação deve enfrentar.

Como destaca Kymlicka (1996) ao debater sobre a cidadania multicultural, temos interiorizado uma narrativa cultural determinada por meio, principalmente, da língua, mas por meio também das tradições, dos rituais, dos símbolos e da história de nossa cultura. Por isso, manter a cultura originária e a língua materna é um direito dos cidadãos já que lhes amplia as possibilidades de conseguir uma vida satisfatória, por isso os poderes públicos deveriam garantir o exercício desse direito.

Esta cidadania multicultural deve ser vivida e aprendida principalmente no funcionamento da escola, nas relações entre os próprios alunos e entre os alunos e seus professores, no currículo

escolar, nas formas de participação e de reconhecimento de todos e de cada um dos alunos. Mas também tem de servir de ajuda neste propósito a existência de uma disciplina escolar sobre a educação para a cidadania e os direitos humanos. Nela deve favorecer-se que os alunos se enfrentem com os dilemas éticos que surgem nas sociedades multiculturais e reflitam sobre o significado das normas e valores de cada cultura. Este processo deve contribuir para que os alunos aceitem o pluralismo existente na sociedade, mas também para que sejam capazes de tornar explícitas as razões pelas quais cada um deles defende seus próprios valores. O reconhecimento e o respeito do pluralismo cultural devem harmonizar-se com o reconhecimento da própria identidade cultural. A educação para a cidadania deve estimular os estudantes a ter uma atitude crítica permanente, que há de ter como único limite o respeito à democracia, aos direitos humanos e ao necessário cumprimento da lei. Nessa perspectiva, não há dúvida de que a educação para uma cidadania multicultural é um enorme desafio para os professores, mas é uma estratégia poderosa para melhorar a convivência e o respeito mútuo em nossas sociedades.